

PLANO BRASIL SEM MISÉRIA (PBSM) E SUAS AÇÕES NO MUNICÍPIO DE ENCANTO (RN)

Roberta Nayara Bezerra dos Santos

Graduada em Geografia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN
robertageografia@hotmail.com

Juciléa Medeiros de Azevedo

Profa. Mestra do Departamento de Geografia /CAMEAM/UERN
jucileazevedo@yahoo.com.br

Resumo

O Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) é uma das políticas públicas sociais destinadas aos milhares de brasileiros que se encontram em estado de extrema pobreza, tendo inicialmente como objetivos elevar, até o final de 2014, a renda e as condições de bem-estar da população. Nesta perspectiva, o presente artigo tem por finalidade tecer algumas discussões a respeito desse plano no município do Encanto (RN). Para atingir os objetivos propostos, buscou-se um embasamento teórico sobre a temática do espaço rural, seguindo as ideias de Abramovay (2000); Candido (1971), além de autores que discutem o conceito de pobreza como Barros *et al* (2000) e Lima (2014); reflexões sobre as políticas públicas voltadas para as problemáticas sociais, debatidas por Teixeira (2002). Avaliou-se também o livro “O Brasil Sem Miséria”, publicação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), de autoria da Ministra Campello *et al* (2014). Aportou-se teórico-metodologicamente no método da Cartografia Social, trabalhado por Paulston (1996). Para estudar o perfil socioeconômico das famílias beneficiadas, conseqüentemente o Plano de forma mais detalhada, realizou-se pesquisa de campo e entrevistas, contendo perguntas semiabertas e fechadas, de caráter qualitativo, com o intuito de identificar as possíveis deficiências do Plano. Consideramos que o PBSM no município de Encanto, enquanto uma política pública de transferência de renda, não promove à expansão e a qualidade dos serviços públicos ofertados as pessoas em situação de extrema pobreza, como também não há a inclusão das famílias em outros programas.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Plano Brasil sem Miséria; Encanto (RN); Cartografia Social; Rural; Pobreza.

“PLANO BRASIL SEM MISÉRIA” (PBSM) AND YOUR ACTIONS IN ENCANTO COUNTY (RIO GRANDE DO NORTE STATE)

Abstract

The “Plano Brazil Sem Miséria” (PBSM) is one of the social public policies to thousands of Brazilians who are in extreme poverty, having initially as objectives to increase until the end of 2014, the income and welfare conditions population. In this perspective, this article aims to make a few discussions about this plan in Encanto county (RN). To achieve the proposed objectives, it sought a theoretical foundation on the subject of rural areas, following the Abramovay Ideas (2000); Candido (1971), and authors discuss the concept of poverty as Barros *et al* (2000), Lima (2014); reflections on public policies for the social issues, debated by Teixeira (2002). It also assessed the book "Plano Brasil Sem Miséria", published by the Ministry of Social Development and Hunger Alleviation (MDS), authored by Minister Campello *et al* (2014). Theoretical and methodologically it landed on the method of Social Cartography, working for Paulston (1996). To study the socioeconomic profile of families benefited, hence the plan in more detail, field research was conducted and interviews, containing semi-open and closed questions, qualitative, in order to identify possible deficiencies of the Plan. We consider

the PBSM in Encanto county, as a public policy of income transfer, does not promote the expansion and the quality of public services offered people living in extreme poverty, but also there is the inclusion of families in other programs.

Keywords: Public Policy; “Plano Brasil Sem Miséria” (PBSM); Encanto (RN); Social mapping; Rural; Poverty.

1 Introdução

Por muito tempo, no Brasil, foi propagada a ideia do rural sendo associado à miséria e pobreza. Esse entendimento foi ainda mais acentuado pelo panorama de modernização da sociedade e da globalização econômica, na qual vinculou-se o rural como um dos entraves para o desenvolvimento. De acordo com o pensamento de Ianni (1996, p.44), mesmo havendo modificações na dinâmica do rural, esse espaço ainda continua existindo, e isso acontece porque “[...] a globalização destrói e recria, subordina e integra, subsumindo formal ou realmente as mais diversas formas sociais e técnicas de organização do trabalho. Revolucionaria relações de produção e modo de vida em todos os lugares, próximos e remotos”.

Abramovay (2000) declara que essa compreensão é equivocada, pois a ausência de serviços, cidadania e o atraso não são típicos somente das áreas rurais. Ao falarmos de rural devemos levar em consideração as especificidades do local, conseguinte de sua constituição histórica e das relações estabelecidas. Sobre isso, Barros *et al* (2000) nos informa que a pobreza evidentemente não pode ser definida de forma única e universal; refere-se as situações de carências em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida que lhes possibilitem condições básicas de sobrevivência.

Conforme salienta Candido (1971), à medida que o desenvolvimento social ocorre atrelado aos novos padrões de consumo, alteram-se os parâmetros, bastantes distantes dos moldes mínimos tradicionais estabelecidos na vida rural, convertidos em padrões de miséria. Lima (2014, p.38), considera a pobreza como “algo muito além da carência monetária e material, mas é antes de tudo ideológica”. Para esta estudiosa, é preciso pensá-la para além do fator de renda. É preciso refletir sobre as ações necessárias que o Estado e a sociedade devem realizar no tocante a esta problemática. Neste caso, torna-se importante refletir sobre as mudanças estabelecidas pelos incentivos das políticas públicas. E estas, entendidas por Teixeira (2002, p.2) como “diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado”.

Andrade *et al* (2014), ressaltam que o Brasil passou a ser líder na criação de Políticas públicas direcionadas para o rural, cuja finalidade resulta na valorização do território, que se torna o cerne das estratégias de desenvolvimento. Desse modo, as políticas públicas do Estado condicionadas ao meio rural sugerem, pelo menos no discurso, enfrentar a problemática da pobreza.

O presente trabalho se constitui como um estudo sobre o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), no município do Encanto (RN), pautado no Decreto nº 7.492 de 2 de junho de 2011, lançado pelo Governo Federal, sendo executado pela União combinando ações de municípios, estados, federação e sociedade. O objetivo principal do Plano é elevar a renda e as condições de bem-estar da população rural, de modo a superar a extrema pobreza até o final de 2014.

2 Metodologia

Para atingir os objetivos propostos neste trabalho, diferentes etapas foram construídas. Buscou-se, inicialmente, um embasamento teórico nas discussões sobre a temática espaço rural a partir das ideias de Abramovay (2000); Candido (1971), além de autores que discutem o conceito de pobreza como Barros *et al* (2000) e Lima (2014); bem como reflexões sobre as políticas públicas voltadas para as problemáticas sociais, debatida por Teixeira (2002), como também avaliou-se o livro “O Brasil Sem Miséria”, uma publicação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), de autoria da Ministra Campello *et al* (2014).

Aportou-se teórico-metodologicamente no método da Cartografia Social (CS) ou Nova Cartografia Social (NCS), trabalhado por Paulston (1996). Esse método vem se consolidando desde o ano de 2005 no Brasil, como uma possibilidade de representação territorial apropriada pelos povos e comunidades tradicionais rurais. A Cartografia Social (CS) é definida de diversas formas, dentre elas como sendo “um enfoque metodológico baseado na análise textual e na representação de fenômenos sociais através de mapas que reinscrevem e estruturam uma multiplicidade de perspectivas” (PAULSTON, 1996, p.18).

A Cartografia Social existe para que se realize uma análise mais crítica de dados, indo além da mera aquisição de informações, visando a identificação de comunidades tradicionais e de populações rurais em outros aspectos, se contrapondo apenas a utilização quantitativa das informações, passando, dessa forma, a se aportar da análise qualitativa.

Com o intuito de estudar o perfil socioeconômico das famílias beneficiadas, buscou-se entender: a percepção dos envolvidos com relação ao Plano, para averiguar os seus efeitos no que concerne à melhoria da qualidade de vida das famílias em escala local, como também avaliar o conhecimento dos beneficiários sobre os vínculos institucionais do Plano; e em que gastam o benefício recebido, de modo mais detalhado, optou-se pela realização da pesquisa de campo. Para isso, entrevistou-se 20 famílias¹ beneficiadas pelo plano, aplicando perguntas semiabertas e fechadas, de caráter quantitativo e qualitativo. Essas famílias encontram-se distribuídas em diversas comunidades rurais do município do Encanto. Foram feitos também alguns registros fotográficos dos projetos produtivos desenvolvidos pelas famílias rurais contempladas com o PBSM.

Buscou-se ainda informações secundárias em órgãos como Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*, Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), União das Nações Unidas (ONU) e Cooperativa de Trabalho para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Oeste Potiguar (CODESAOP).

Os dados obtidos de forma primária e secundária foram tabulados em planilha eletrônica, por intermédio do *software* editor de gráficos *Microsoft office Excel* e, posteriormente, transferidos para o *software* Sistema de Informação Geográfica (SIG), chamado Sistema Para Processamento de Informações Georreferenciadas (SPRING/INPE) na versão 5.2.6. Em seguida, foram espacializados e transformados em mapas temáticos, como também em gráficos, quadros e tabelas referentes à temática em estudo. Buscou-se, a partir desse procedimento, permitir ao leitor a visualização cartográfica de como essas famílias se espacializam no município estudado, sobretudo focando na dimensão metodológica da Cartografia Social.

¹ Essas 20 famílias correspondem a 25% das 80 famílias beneficiadas pelo plano.

Ao levar em consideração o universo situacional ora apresentado, o mesmo instigou a formulação de algumas indagações a respeito desta problemática, posta em investigação: como está estruturado o Plano? Como atua? O plano beneficia de fato as famílias rurais? Quais os impactos desse Plano para a população, no que diz respeito a renda, moradia, saúde e educação. Em busca de responder a esses questionamentos deu-se a pesquisa.

3 O Plano Brasil Sem Miséria e sua relação com o território do município de Encanto (RN)

Uma das políticas públicas sociais recentes refere-se ao Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), pautado no decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, artigo 2º, lançado pelo Governo Federal. O PBSM foi idealizado durante o Governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), sendo aprovado apenas no Governo da atual Presidenta da República Dilma Rousseff.

Sua construção se deve ao acúmulo das políticas sociais de transferência condicionada de renda, criada e desenvolvidas no ano de 2003, objetivando uma continuidade das experiências positivas de modo a aperfeiçoá-las, partindo para a criação de políticas que tivessem um maior alcance das famílias mais vulneráveis, mais longínquas, mais desamparadas pelo Estado e excluídas pelo meio social.

O modelo institucional do Plano combina ações articuladas entre municípios, estados, federação e sociedade, e conta com o envolvimento de alguns ministérios, desde o primeiro momento, e outros órgãos e entidades² em sua gestão, desde a sua formulação, implementação e monitoramento, e tem por objetivo elevar a renda e as condições de bem-estar da população, de modo a superar a extrema pobreza até o final de 2014.

O Plano se organiza como uma tríade de ações: primeiro, refere-se à garantia de renda por meio dos programas Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Aposentadoria Rural, para alívio imediato da extrema pobreza; o segundo, proporciona o acesso aos serviços públicos para melhorar as condições de saúde e cidadania das famílias; e o terceiro, alude à inclusão produtiva rural, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), distribuição de sementes, assistência técnica rural, entre outros. E ainda, a dimensão urbana, com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), Programa Crescer, Mulheres Mil, dentre outros programas, cuja finalidade seria aumentar as capacidades e oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres.

Por entender a pobreza como um fenômeno que vai além da renda, o Plano Brasil sem Miséria foi concedido e implementado em uma perspectiva multidimensional, com estratégias articuladoras entre si e diferenciadas em cada contexto, como o campo e a cidade, e para cada público [...]. (CAMPELLO, 2014, p.17).

² Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Fazenda, Casa Civil, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente, Ministérios das Cidades, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Integração, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério de Minas e Energia, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Empresa Brasileira de pesquisa Agropecuária, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Secretaria de Patrimônio da União, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Rio São Francisco e do Parnaíba, Fundação Nacional de Saúde, Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, Companhia Nacional de Abastecimento, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Nordeste, Petrobrás e Fundação Banco do Brasil.

Com base nesse entendimento, o PBSM é considerado uma criação e renovação de vários programas sociais, articulando ações do Governo Federal com estados e municípios. De acordo com Campello *et al* (2014), o Plano é direcionado aos milhares de brasileiros que se encontram em lares cuja renda familiar per capita é de R\$ 70,00 (setenta reais) por pessoa. Definindo este como indicador para a extrema pobreza. Conforme dados do censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estão nesta condição 16,2 milhões de brasileiros. Dada a necessidade de atualizar o poder de compra verificada em meados de 2014, houve reajuste de ambas as linhas para R\$ 77,00 (setenta e sete reais) mensais per capita, no mês de junho daquele ano.

Sua lógica apoia-se em um entendimento basicamente monetarista da pobreza, secundarizando os processos que reforçam a exclusão social e dificultam o acesso a serviços públicos, com os agravos da baixa escolaridade e das precárias condições de moradia e trabalho (IPEA, 2013)³. Ainda de acordo com este instituto, a população da Região Nordeste está distribuída da seguinte forma: 9.609.803 vivem na extrema pobreza, que equivale a 59% do total populacional da região. Sendo que destes, 5.049.317 correspondem a população rural da região, perfazendo 52% deste total populacional relativo a pobreza regional.

Para alcançar os objetivos traçados no Plano, no dia 03 de maio de 2011, foi estabelecido a definição da linha de extrema pobreza oficial do PBSM, tendo como base os parâmetros internacionais, como a linha do Banco Mundial de US\$ 1, 25 PPP⁴ por dia e, no contexto nacional, a própria referência adotada pelo Cadastro Único e pelo Bolsa Família de extrema pobreza. Com a criação desta linha busca-se tornar mensurável a extrema pobreza, permitindo um apontamento para selecionar o público-alvo do plano.

O instrumento básico para identificação do público e para o planejamento das ações do PBSM tem como base o Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal, previsto no Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007⁵. Sobre isso, Campello *et al* (2014, p.22), destaca que:

O Cadastro Único provê informações completas sobre cada uma das famílias registradas, atualizadas no máximo a cada dois anos, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil educacional de cada um dos seus membros, seu perfil de trabalho e renda, as principais despesas, as características da construção dos domicílios, se há acesso a serviços como os de eletricidade, saneamento e coleta de lixo, se a família faz parte de grupos tradicionais ou específicos, se há situações de trabalho infantil, entre outras informações.

Contudo, passou a ser responsabilidade do Estado, com a mediação dos entes federados, estaduais e municipais, localizar, cadastrar e incluir as pessoas em suas ações, as quais denominou de Busca Ativa, desarticulando a lógica utilizada anteriormente em outros programas, cujo público alvo teria que ir em busca das políticas públicas. Houve também a inclusão de um maior número de famílias em extrema pobreza no Cadastro Único, como também viabilizou as ações no campo efetuadas desde o ano de 2011. Atualmente mais de 20⁶ políticas sociais utilizam os registros do Cadastro Único como ferramenta de informações

³ IPEA. Desenvolvimento rural. Políticas sociais - acompanhamento e análise. Brasília, nº 21, Capítulo 7, 2013.

⁴ Purchase Power Parity (Paridade do Poder de Compra).

⁵ Art. 2º O Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico é instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público.

⁶ Tarifa Social de Energia Elétrica, o Minha Casa Minha Vida, o Programa Nacional de Reforma Agrária, o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, o Programa Água para Todos e o Bolsa Verde, para listar alguns exemplos.

detalhadas das famílias mais pobres do país, de modo a auxiliar no planejamento e fortalecimento das ações.

Vale salientar que nosso estudo tem como enfoque apenas as famílias rurais do município de Encanto, mais especificamente no Alto Oeste Potiguar, onde ocorre a atuação do Plano. No entanto, o Plano atua em outros nove municípios⁷, totalizando 880 famílias beneficiadas que são atendidas por um técnico. Sendo que o número de beneficiários por município corresponde a 80 famílias, com exceção do município de Luiz Gomes, que corresponde a 160 beneficiários.

No que se refere ao nosso recorte de estudo, o município do Encanto está localizado na região Oeste do Rio Grande do Norte, mais especificamente na Microrregião da Serra de São Miguel e na Mesorregião do Oeste Potiguar (**Figura 01**). O território municipal encontra-se a 412 km² da capital Natal, limitando-se ao Norte com os municípios de Ererê-CE, estando ao Sul às cidades de Água Nova e Rafael Fernandes, na parte Leste identificam-se Pau dos Ferros, no Oeste o município de Doutor Severiano, São Miguel e Coronel João Pessoa.

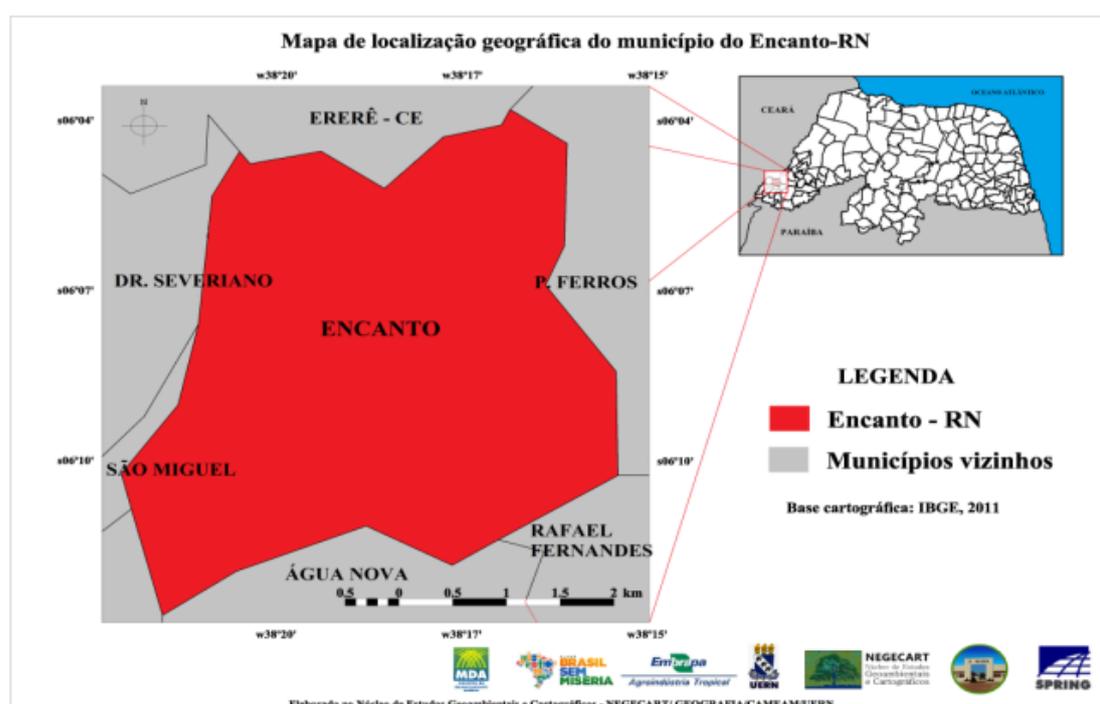


Figura 01: Mapa de localização do Município do Encanto - RN

Fonte: Franklin Roberto da Costa, 2015

O município apresenta uma população de 5.231 habitantes. Desse contingente, 3.101 pessoas moram na zona rural, o que equivale a 59,28% do total (IBGE, 2010). Isso significa que mais da metade da população residente no Encanto se encontra em áreas rurais. Diante dessas informações, percebe-se que ainda existe um alto número de indivíduos residindo nas áreas rurais. Por isso, são necessárias ações mais concretas como a implementação de políticas públicas sociais no município do Encanto (RN) e em especial àquelas voltadas para as populações rurais.

⁷ Coronel João Pessoa, Doutor Severiano, Frutuoso Gomes, Luiz Gomes, Marcelino Vieira, Paraná, Portalegre, Riacho da Cruz e Venha-Ver.

Para sua inserção no PBSM, levou-se em conta especialmente a incidência de pobreza extrema e as informações do IBGE sobre a quantidade de estabelecimentos familiares. Desse modo, o Plano abrange agricultores familiares, assentados da reforma agrária, acampados, extrativistas, pescadores, quilombolas, indígenas e outros povos de comunidades tradicionais.

No campo, o plano tem como valor de referência o indicador de extrema pobreza do Programa Bolsa Família, tendo como prioridade aumentar a produção do agricultor através de orientação e assistência técnica, tendo como objetivo geral, o terceiro eixo de atuação do plano que é promover a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre, tornando residual o percentual dos que vivem abaixo da linha da pobreza.

Dentro desse contexto, Campello *et al* (2014) define uma rota específica de inclusão produtiva do público supracitado anteriormente, com o intuito de aquilatar o processo produtivo, no qual as famílias terão um acompanhamento individual e contínuo de técnicos agrícolas, demonstrando formas de como aumentar a produção, a qualidade dos produtos, como também o seu valor monetário.

As ações do Plano nas famílias rurais do município do Encanto estão distribuídas em 20 comunidades rurais⁸, que equivalem a 80 famílias. Dentro desse universo, 2 (duas)⁹ famílias contempladas com o PBSM migraram atualmente para a Zona Urbana, devido aos problemas acarretados pela seca, como a falta de água, mas continuam tendo vínculo com o rural durante o dia, pois utilizam a cidade apenas como lugar de dormitório. Dessas 80 famílias, entrevistou-se 20 (**Figura 02**), localizadas em 10 comunidades diferentes, correspondente a 25% do total de famílias.

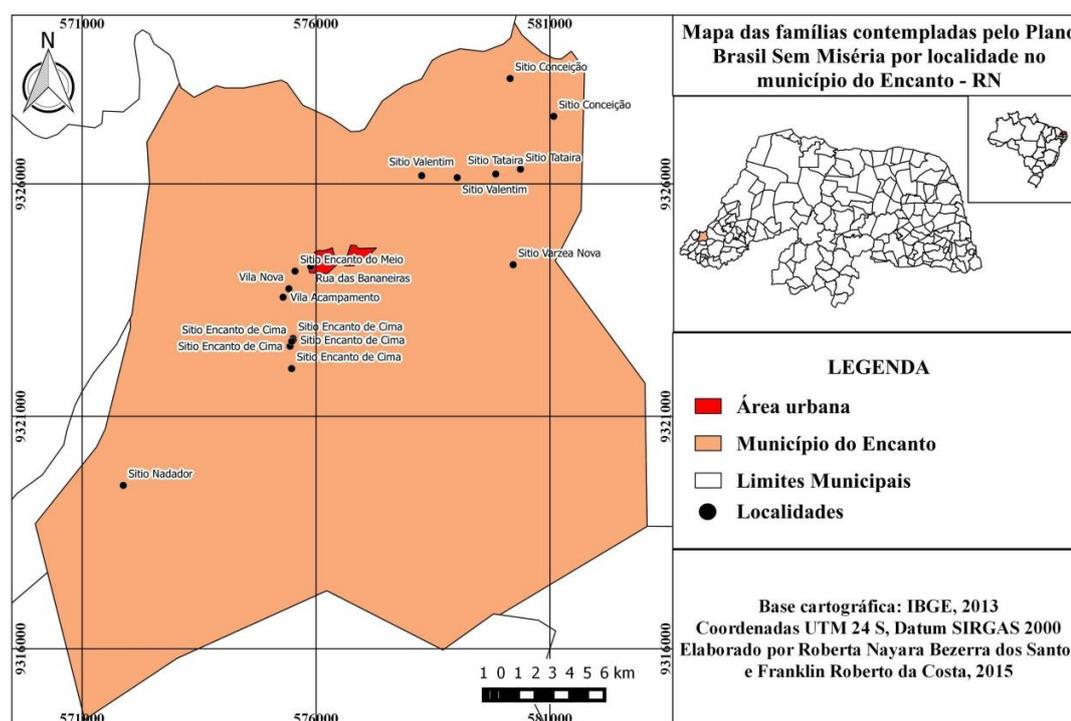


Figura 02: Mapa de localização das famílias contempladas pelo Plano Brasil sem Miséria-PBSM no Município do Encanto - RN

⁸ Barreiras, Cantinho, Caraubinha, Cercado Grande, Conceição, Conjunto Cajazeiras, Encanto de Cima, Encanto do Meio, Ingá, Nadador, Nova Esperança, Ponta da Serra, Senharão, Tataira, Terra Boa, Vaca Morta, Valentim, Várzea Nova, Vila Acampamento, Vila Nova.

⁹ São situadas na Rua das Bananeiras e Rua Francisco das Chagas da Silva

Fonte: Roberta Nayara Bezerra dos Santos e Franklin Roberto da Costa, 2015

Foram feitos 80 diagnósticos para o cadastramento dos dados pessoais das famílias, que se encontravam nas listas enviadas pelo MDA. Foi identificado nas comunidades um potencial para vários projetos produtivos¹⁰. Cada projeto foi escolhido pela própria unidade familiar, que pudesse alcançar seu índice de qualidade de vida e de que forma seriam aplicados os recursos. O valor recebido foi R\$ 2.400 (dois mil e quatrocentos reais), dividido em três parcelas, sendo a primeira de R\$ 1.400 (mil e quatrocentos reais) e as outras duas de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Na medida em que as parcelas do Plano eram liberadas, as famílias foram orientadas a aproveitar materiais disponíveis na própria propriedade na construção das estruturas rústicas para criação de animais. Nessa fase do projeto foram realizados vários encontros coletivos com as famílias cadastradas, bem como cursos que abordava as seguintes temáticas: Crédito e comercialização; diversificação das atividades desenvolvidas pela unidade familiar; orientação sobre tecnologias apropriadas à realidade da unidade produtiva familiar; aspectos ambientais e de convivência com o semiárido e curso de hortaliças com agricultores do PBSM e outros da região, para o conhecimento de técnicas necessárias para um bom plantio.

A escolha do número de beneficiários acontece através dos parâmetros estabelecidos pelo MDA, MDS, que leva em consideração os dados do IBGE. Outro instrumento base de identificação das famílias rurais em condição de extrema pobreza e planejamento das ações se dá através do Cadastro Único, que funciona como um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda.

4 Perfil socioeconômico das famílias beneficiadas pelo PBSM no Encanto (RN)

As ações do Plano ocorrem de diferentes maneiras em cada lugar, pois cada lugar (re)produz diferentes relações sociais, uma vez que “cada lugar é singular, e uma situação não é semelhante a qualquer outra. Cada lugar combina de maneira particular variáveis que podem, muitas vezes, ser comuns a vários lugares” (SANTOS, 1988, p.58). Isso ocorre porque “o acontecer global dá-se seletivamente, de modo ímpar, ainda que sempre comandado pela totalidade, e é isso o que nos leva a imperativamente à necessidade de atentar para a história concreta do hoje, da comunidade humana, sua atualidade” (SANTOS, 1988, p.58).

Ao refletir sobre o que o autor diz, atentou-se para conhecer a história das famílias que compõe o PBSM. Acredita-se que, só assim tem-se a oportunidade de conhecer a totalidade das ações do Plano. Analisou-se que a situação socioeconômica das famílias contempladas com o PBSM é condizente aos critérios do plano. São famílias pobres ou extremamente pobres, que geralmente possuem como única fonte de renda: o dinheiro recebido pelo Programa Bolsa Família e a renda advinda do trabalho desenvolvido no campo, já que todas as pessoas envolvidas no Plano se declaram agricultores. Outro meio de obtenção de renda refere-se a prestação de serviços para fazendeiros. Percebe-se, portanto, que os beneficiários do PBSM são pessoas em situação de vulnerabilidade, com baixo índice de escolaridade e renda.

A partir das informações obtidas em pesquisa, constatou-se que 95% das famílias entrevistadas possui um baixo nível de escolaridade, sendo que apenas 5% possui o Ensino Superior completo; 50% possui escolarização somente da 1ª a 3ª série e 45% possui da 4ª a 6ª série. Constatou-se também que existe um número expressivo de analfabetos funcionais (**Tabela 01**), pois só conseguem ler e escrever frases curtas e assinar seu próprio nome, ou seja, sabem apenas decodificar, mas não sabem assimilar. Sobre isto, Lindo (2011, p.34) declara que

¹⁰ Artesanato, Avicultura, Comércio Ambulante, horticultura, Manicure, Ovinocaprinocultura, Piscicultura, Produção de Alimentos, Sacoleira, Suinocultura.

“o investimento em educação [...] é um ganho social, porém o analfabetismo é um fator de marginalização, que exclui e impede de diversas formas a mobilidade social das pessoas”.

Tabela 01: Tabela referente ao sexo, a idade e a escolaridade das famílias entrevistadas

Total	Sexo		Idade				Escolaridade/Série		
	Masc	Fem.	20-30	31-40	41-50	51-60	1ª a 3ª	4ª a 6ª	Nível Super.
100 %	30%	70%	5%	30%	25%	40%	50%	45%	5%

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa de campo (março e abril de 2015).

Outra informação relevante é com relação a diferença de proximidade entre a escola e as moradias. Do universo de pessoas entrevistadas, 35% afirmou que possui escolas próximas as residências, enquanto que 65% dos entrevistados declarou que não possui. Compreende-se, assim, que esses sujeitos frequentem escolas na área urbana, como também revela as dificuldades encontradas pelas famílias rurais com relação aos serviços de educação. Verificou-se também que o número de mulheres contempladas pelo plano representa 70%, enquanto o número de homens é 30%. No geral, as pessoas beneficiadas pelo plano encontram-se, com mais expressividade, na faixa etária dos 51 a 60 anos (**Tabela 01**).

Os baixos índices de escolaridade evidenciados acima são reflexos de um cenário de desvalorização por parte dos gestores da educação brasileira com as áreas rurais. As quais, por muito tempo, com fortes tendências ao abandono, como também o difícil acesso acaba causando desestímulo. Desse modo, entendemos que é através da educação que garantimos nosso desenvolvimento social, econômico e cultural e transformamos nosso modo de pensar, de agir e interagir e de se comunicar perante a sociedade.

Com relação às condições de moradia, 30% dos interlocutores consideram ótima, 65% afirma que é boa e 5% regular. Nenhum dos entrevistados considera a moradia ruim e/ou péssima. A maioria das pessoas mora em residência própria, algumas adquiridas através de programas governamentais. Todas as residências são de alvenaria com reboco ou sem reboco, não sendo constatado, até o dado momento, nenhuma casa de taipa¹¹.

Este fato evidencia as modificações na configuração espacial do meio rural, de forma a refletir diretamente na condição de vida dos moradores. O problema da habitação no campo difere do da cidade, tanto na função desempenhada pela casa, quanto pela sua utilização. De acordo com Costa & Mesquita (1978), ao construir a habitação o morador imprime o próprio padrão econômico e sua condição sociocultural, utilizando geralmente materiais fornecidos pela natureza que o cerca, de acordo com as técnicas que ele domina. O acesso a condições adequadas de moradia é um fator de melhoria da qualidade de vida das famílias agrícolas, podendo causar um impacto positivo na dinâmica do meio rural.

Percebe-se que, mesmo sendo precárias as residências, os entrevistados não possuem um olhar crítico da sua própria realidade e as consideram em bom estado, mesmo que estas apresentem condições estruturais mínimas. No entanto, isso é amenizado pelo fato de ser sua casa própria. Averiguou-se também que o número de habitantes por residência está representado da seguinte forma: 35% das residências possui de 1 a 3 membros, enquanto 55% têm de 4 a 6 membros e 10% de 6 a 10 membros.

¹¹ A taipa é uma técnica construtiva vernacular à base de argila (barro) e cascalho (lascas de pedra) empregue como matéria prima para a construção da casa.

No que se refere à renda familiar, 70% destas famílias sobrevivem com uma renda inferior a um salário mínimo e 10% tem uma renda de 1 salário mínimo, e outros 20% de um a dois salários mínimos (**Figura 03**). Constatou-se também que todas essas famílias fazem parte do Programa Bolsa Família, sendo ele a principal fonte de renda, seguido da agricultura, aposentadoria e do benefício do Plano Brasil sem Miséria.

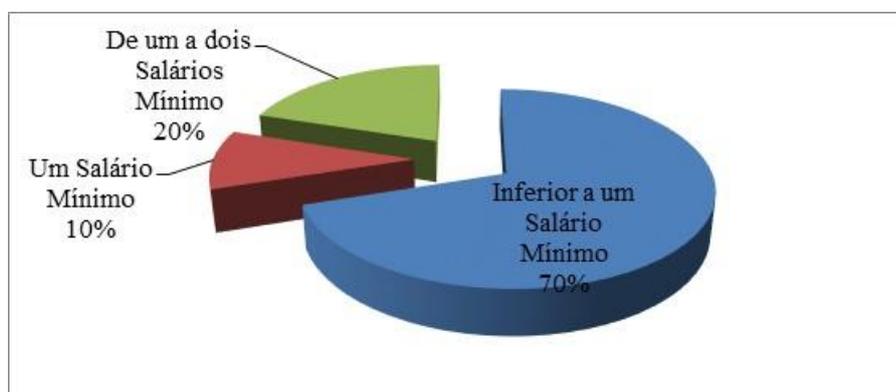


Figura 03: Gráfico da renda das famílias entrevistadas

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa de Campo (março e abril de 2015)

Todos os entrevistados declararam serem agricultores, apesar de alguns serem aposentados. No entanto, continuavam exercendo atividades agrícolas, como o plantio e a criação de animais, cujo objetivo principal é para sua subsistência e complementação da renda. No caso das mulheres, cuidam dos afazeres domésticos, como também trabalham na produção. É importante ressaltar que todos os entrevistados não se sentiam totalmente à vontade em informar a sua renda, temendo serem prejudicados nos programas sociais, tendo em vista que todos participavam do programa Federal Bolsa Família.

Quanto à existência de membros da família que trabalham com carteira assinada, fora da zona rural, as respostas foram unânimes para a não existência, pois todos os entrevistados declararam que contam com a ajuda dos filhos, esposa e demais membros para a produção agrícola. A partir dessa perspectiva, identificou-se a presença e permanência da agricultura familiar por parte dos beneficiários, o que pode ser um fator explicativo pelo baixo índice de êxodo rural no município, já que a população rural é superior à urbana, como também se configura um importante recurso para as famílias que possuem uma baixa renda.

Para Hespanhol (2000, p.2) a “agricultura familiar designa genericamente as unidades produtivas, nas quais a terra, os meios de produção e o trabalho encontram-se estritamente ligados ao grupo familiar”. Partindo dessa afirmativa, fica evidente o enfoque no engajamento familiar e a utilização dos meios de produção próprios, como características marcantes da agricultura familiar. Conforme Carneiro (1999, p.329) “a agricultura familiar, em linha geral, é a unidade produtiva onde trabalho, terra e família estão intimamente relacionadas”.

Com relação à saúde, foi perguntado aos entrevistados de comunidades diferentes se existe posto de saúde com atendimento básico próximo às suas residências, 65% respondeu que não, enquanto 35% afirmou que sim. Verificou-se que a maioria dos respondentes tem dificuldades em acesso aos serviços de saúde, tendo como principal motivo a distância entre a unidade de saúde e o local de sua moradia, principalmente pelo tempo gasto, as questões geográficas e por dificuldade nos meios utilizados para realizar o deslocamento, já que a forma mais empregada foi o transporte escolar (ônibus e/ou van) e a pé.

Fazendo uma análise geral dos dados acima, percebe-se que as famílias beneficiadas com o Plano Brasil Sem Miséria possuem baixos índices de escolaridade, renda, saúde, entre outros. Fatores que refletem nas formas de desigualdades e de pobreza nas áreas rurais

pesquisadas, gerando situações propensas para uma maior dependência das políticas sociais e programas governamentais.

Demonstrando que, apesar do papel do poder público de criar políticas sociais para sanar as disparidades socioeconômicas e modificar as múltiplas realidades existentes no campo, essas ações ainda não são suficientes para retirar essas famílias da situação de dependência financeira desses programas governamentais. Isso é perceptível quando se analisou a situação de vulnerabilidade a qual as famílias estão expostas.

Para retirar essas famílias da situação que se encontram, acredita-se que a gestão pública deveria optar por ações estruturadoras, ou seja, que busquem interferir de forma mais centralizada nas questões relativas a renda, a educação e as condições de moradia e saúde. No entanto, o que se vê são medidas conjunturais ou emergenciais, que amenizam de modo temporário a situação dos beneficiários.

4 Identificação das ações do PBSM e sua importância para as famílias beneficiadas

Ao investigar a eficácia do PBSM e seus resultados sob a ótica dos beneficiários do Encanto (RN), no que concerne à melhoria da qualidade de vida das famílias em escala local, constatou-se que, 60% dos beneficiários classifica o Plano como bom, enquanto 35% considera ótimo, outros 5% regular. Nenhum dos beneficiários considera o Plano ruim e/ou péssimo. No entanto, isso se deve ao fato do PBSM ter contribuído no aumento da renda familiar, de modo a possibilitar uma renda auxiliar, oportunizando o aumento das atividades produtivas, como também a retomada dessas atividades.

Deste modo, o PBSM tem uma representação positiva na vida das famílias que o recebem, devido as comparações com o momento anterior e posterior à sua inserção e aos benefícios citados anteriormente. De acordo com essa reflexão, Rego (2010, p.153) entende que “[...] a experiência de uma melhoria na vida, por mínima que seja, grava-se fundamente na alma das pessoas e abrem seus mundos para o surgimento de exigências libertárias maiores”.

Apesar do Plano ser bem avaliado, apresentando-se como uma ação de impacto positivo por ser entendido como uma ajuda do governo, os contemplados entendem que o recurso destinado para a aplicação nos projetos produtivos ainda é pouco para manter as atividades produtivas por muito tempo, devido aos altos preços dos produtos destinados para a sua realização. Algumas famílias caracterizam o valor recebido como insuficiente. Esse fato pode ser explicado porque elas têm um número alto de integrantes por residência e que os recursos atualmente ofertados são insuficientes para manter a produção por muito tempo. Isso, devido aos altos custos com a alimentação dos animais, como também de materiais que auxiliam nas atividades, não promovendo uma renda que supra às necessidades básicas da família.

O valor recebido pelas famílias foi de R\$ 2.400 (dois mil e quatrocentos reais), dividido em 3 (três) parcelas. Sendo que a primeira foi de R\$ 1.000 reais (mil reais), a segunda e a terceira de R\$ 700,00 (setecentos reais), condizentes com os valores descrito pelo Plano. No geral os beneficiários afirmam que estão satisfeitos com os valores recebidos, percebe-se certa similaridade nas respostas dos entrevistados com relação a satisfação com o Plano. As famílias receberam assistência contínua de modo individual e coletivo pelos técnicos agrícolas, sendo que a periodicidade do acompanhamento era realizada mensalmente.

Outro ponto positivo refere-se ao acesso ao recurso financeiro oferecido pelo Plano. De acordo com os interlocutores, não houve dificuldade para retirar o dinheiro, uma vez que a quantia a ser recebida foi debitada na conta do programa Bolsa Família dos beneficiários. No que se refere às informações sobre o recebimento das parcelas, ficou sob a responsabilidade do técnico da CODESAOP (Cooperativa de Trabalho para o Desenvolvimento do Alto Oeste Potiguar), avisar às famílias sobre as datas de depósito do benefício. Neste caso, só houve

algumas eventualidades no recebimento, em que apenas 10% dos entrevistados, relatou que houve uma demora para liberar a primeira parcela, mas não foi algo que comprometeu o processo.

Esse crédito recebido pelos 20 beneficiários entrevistados foi utilizado em diversos tipos de atividades produtivas. Distribuídas do seguinte modo: 60% utilizou no projeto de avicultura, outros 5% em caprinocultura, 5% em hortaliças, 20% em suinocultura, 5% em piscicultura, e outros 5% em ovinocaprinocultura (**Figura 04**). No geral, todos os projetos produtivos investiram em pocilgas, compra de animais, sementes, vacinas, ração, bebedouros, comedouros, entre outros. No que se refere à criação e plantio, podemos dizer que esta fica prejudicada durante os períodos de estiagem e nos anos secos, fato relatado com unanimidade pelas famílias.



Figura 04: Resultados dos investimentos do Plano

Fonte: Roberta Santos (Arquivo pessoal), 2015.

Quando questionados se houve alguma mudança na condição de trabalho após o PBSM, os entrevistados compreendem que mudou para melhor, principalmente nas questões estruturais e técnicas empregadas nas atividades, pois com o recurso foi possível comprar ferramentas e trabalhar de forma mais técnica, menos artesanal, sem muitos elementos rústicos como antes.

A aquisição de equipamentos novos promoveu uma maior segurança nas condições de trabalho, posto que acelerou os serviços. Além disso, o plano promoveu ações para ensinar aos beneficiários a cuidar melhor das criações e ter uma maior organização a partir dos cursos ofertados pelo PBSM. Somente 20% dos interlocutores responderam que permaneceram do mesmo jeito. Fato esse justificado por terem perdido toda a produção, devido às doenças que afetaram seus rebanhos e a ocorrência da seca, que impediu a produção agrícola. No entanto, 80% dos beneficiários declararam ter um aumento significativo na produção.

Para os beneficiários, o Plano estimula diretamente a comercialização dos produtos produzidos na comunidade, uma vez que receberam instruções na unidade familiar (UF) de técnicas apropriadas para a realização das atividades de produção, consumo e comercialização das atividades produtivas escolhidas pela própria família, de modo que pudessem alavancar seu índice de qualidade de vida e de que forma seriam aplicados esses recursos. Contribui também para a elevação do nível de profissionalização das famílias, já que foram ofertados cursos que tratavam de temáticas como diversificação das atividades desenvolvidas pela UF, orientação sobre tecnologias apropriadas à realidade local, aspectos ambientais e de convivência com o semiárido.

Entre as famílias investigadas, percebe-se em suas falas que o Plano gera emprego e possibilidades para que elas permaneçam no meio rural. No entanto, não chegam a justificar esses motivos. Identificamos que 65% delas destina a maior parte da produção para suprir suas necessidades básicas, ou seja, para o seu próprio consumo. Enquanto 35% destina a venda, sendo que o meio efetivo de comercialização desses produtos acontece na própria comunidade, como também na feira da área Urbana do município de Encanto e por meio de atravessadores, geralmente donos de frigoríficos e comerciantes locais.

Verificou-se, ainda, que a renda advinda do plano Brasil sem Miséria é utilizada pelas famílias da seguinte forma: 30% é usada para comprar alimentos e material escolar. Esse dado demonstra que a maior preocupação dos contemplados é sempre com relação às necessidades básicas, alimentação e educação. É interessante destacar que os entrevistados não conseguiram fazer uma dissociação com relação aos gastos com alimento e com a compra de materiais escolares, fazendo-o aparecer no mesmo patamar como um único aspecto em suas respostas; 30% investiu em suas atividades produtivas no campo e 15% utilizou para reforma da casa; 15% empregou nas despesas de água e energia e 10% na compra de eletrodomésticos.

Deste modo, entende-se que, para o desenvolvimento acontecer, necessita-se da obtenção dos direitos básicos para a sobrevivência do cidadão “[...] Daí a importância das políticas públicas como estratégias de distribuição/redistribuição de riquezas e de inclusão social” (LINDO, 2011, p.61). Assim sendo, acredita-se que as ações das políticas sociais, sobretudo para atender os direitos básicos do cidadão, como educação, saúde, alimentação, dentre outras, são significativas para promover o bem-estar social. Sobre isto, Lima (2014, p.204) declara que:

Dessa forma, não podemos nem se quer falar em cidadania e liberdade se não se possibilita a todos os cidadãos, especialmente os mais pobres (que são comumente esquecidos) a garantia de satisfazer por meio dos recursos as suas necessidades mais básicas como a aquisição de alimentos, por exemplo. Portanto, é preciso que haja maior disponibilidade de recursos a essas famílias, especialmente que estes recursos possam vir a partir da efetivação da sua capacidade produtiva.

Parafraseando as palavras de Lima (2014), percebe-se que as famílias rurais que fazem parte do PBSM, apesar de terem acesso às condições mínimas para que supram as suas necessidades básicas, ainda é preciso mais investimentos em outros setores, como educação, saúde e moradia para que o termo “cidadão”, atualmente tão discutido e verbalizado, deixe de ser na realidade, apenas um *status* de cunho jurídico e político, e passe a ser efetivado como função social, no que diz respeito ao gozo dos indivíduos, com relação aos seus direitos e

deveres, mas também oportunizando possibilidades de participar desse exercício. A partir daí pode-se ter os direitos respeitados e a dignidade do ser humano restabelecida.

5 Considerações finais

O presente artigo tratou-se de um breve estudo sobre o Plano Brasil Sem Miséria na área rural do município de Encanto (RN), relatando as percepções dos beneficiários com relação às ações do Plano. Diante disso, procurou-se despertar uma reflexão acerca das políticas públicas voltadas para a sociedade, com enfoque nas ações do PBSM, que se volta à superação da extrema pobreza no território brasileiro.

Isso nos leva a refletir sobre como essas ações estão sendo realizadas para diminuir a pobreza e/ou até mesmo acabar com essa problemática que acomete todo o Nordeste, região em que as políticas públicas apresentam-se como paliativo e não são estruturadoras. Esse fato estimula a pensar que os meios propostos e os métodos trazem melhorias, mas não eliminam as problemáticas sociais.

Os beneficiários reconhecem a importância do PBSM para suas vidas e que, no geral consegue atingir seus objetivos, sendo um auxílio indispensável na renda familiar. Fato esse comprovado nas respostas dos entrevistados, demonstrando que tem uma visão positiva do Plano. Este consegue atingir o seu público alvo no município em questão, tendo em vista que no geral as famílias contempladas eram agricultores, possuem uma baixa renda e encontram-se em situação de vulnerabilidade.

O plano tem como objetivo principal elevar a renda e as condições de bem-estar da população rural, de modo a superar a extrema pobreza até o final de 2014. Percebe-se que a atuação do Plano Brasil Sem Miséria ainda não conseguiu estabelecer ações e mecanismos capazes de atuar de forma definitiva sobre a extrema pobreza rural, não permitindo a superação das fragilidades sociais existentes no campo, limitando o pleno usufruto dos direitos de cidadania por parte de trabalhadores rurais, assentados, agricultores familiares e comunidades tradicionais.

Apesar das experiências positivas relatadas pelos beneficiários, observa-se que o Plano tem algumas carências que precisam ser aperfeiçoadas, principalmente por não ter uma continuidade, pós-implementação da atividade produtiva, de modo que promove uma renda auxiliar, porém de modo temporário. Outro aspecto observado é com relação à articulação entre Governo Federal com estados e Municípios não há uma intervenção mais direta quanto a sua participação, apesar de ser um elo fundamental de articulação para o território do Alto Oeste Potiguar.

Mesmo o PBSM sendo uma política pública relativamente nova, tendo em vista que foi criada no ano de 2011, em que o governo utilizou experiências de outros programas sociais para sua formulação, os resultados analisados são de um curto período de tempo para obtermos uma análise mais definitiva.

O plano, enquanto uma política pública de transferência de renda, não consegue promover a expansão e a qualidade dos serviços públicos ofertados às pessoas em situação de extrema pobreza, como também a inclusão das famílias em outros programas. Pensar em políticas públicas não é somente ter o intuito de obter resultados econômicos, mas ser um atributo da cidadania, e não ser analisada apenas de forma macro, mas de acordo com as particularidades de cada território.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **IPEA** (Texto para Discussão), n.702, 2000, 33 p. Disponível em: <<http://www.ipea.br>>. Acessado em jan. 2015.
- ANDRADE, Francisca Gilcileide de; SILVA, Cicero Nilton Moreira da; LIMA, Ayanne Maria Gomes de. As políticas públicas do ministério do desenvolvimento agrário e o ideário de desenvolvimento territorial. X Salão de Iniciação Científica. **Anais...** Mossoró: UERN, 2014. p.1-9.
- BARROS, Ricardo Paes; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e Pobreza no Brasil. Retrato de uma Estabilidade Inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.15, n.42, 2000. Disponível em: <<http://academico.direito-rio.fgv.br/ccmw/imagens/e9/PaesdeBarros.pdf>>Acesso em Jan. 2015.
- CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA, Patrícia Vieira. **O Brasil Sem Miséria**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Brasília: MDS, 2014.
- CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 2 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1971.
- CARNEIRO, Maria José. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, Luiz Flavio Carvalho; MOREIRA, Roberto José; BRUNO, Regina. (Org.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p.325-344.
- COSTA, Írio Barbosa da; MESQUITA, Helena Maria. **Tipos de habitação rural no Brasil**. Rio de Janeiro, SUPREN: Superintendência de Recursos Naturais e Meio Ambiente/IBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1978.
- HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. **Produção familiar**: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente. (Tese de Doutorado) UNESP, Rio Claro, 2000, 264 p.
- IANNI, Octávio. O mundo Agrário. In: _____. **A era do globalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p.43-63.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 07 de abr. 2015.
- LIMA, Francisca Elizonete de Souza. **Pobreza e desigualdades socioterritoriais**: uma problematização acerca da perspectiva territorial nas políticas públicas sociais no município de Pau dos Ferros/RN. Dissertação de Mestrado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014, 235 p.
- LINDO, Paula Vanessa de Faria. **Geografia e política de assistência social**: territórios, escalas e representações cartográficas para políticas públicas. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. Disponível em:

<[http://www.culturaacademica.com.br/img/arquivos/Geografia e politica de assistencia social pdf](http://www.culturaacademica.com.br/img/arquivos/Geografia_e_politica_de_assistencia_social.pdf)>. Acesso em mai. 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **Assistência Técnica e Extensão Rural**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias>>. Acesso em: mai. 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME-MDS. **Brasil Sem Miséria**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria>>. Acesso em: mai. 2015.

UNIÃO DAS NAÇÕES UNIDAS-ONU. **ONU e IPEA lançam atlas da extrema pobreza no Norte e Nordeste do Brasil**. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/onu-e-ipea-lancam-atlas-da-extrema-pobreza-no-norte-e-nordeste-do-brasil/>>. Acesso em: jan. 2015.

PAULSTON, Rolland Goodman. (Comp.) **Social cartography: mapping ways of seeing social and educational change**. New York: Garland, 1996. p.15-24.

PLANO BRASIL SEM MISÉRIA-BSM. **Inclusão Produtiva**. Disponível em: <<http://www.brasilsemisericia.gov.br/>>. Acesso em 09 de abr. 2015.

REGO, Walquíria Domingues Leão. Política de cidadania no governo Lula. Ações de transferência estatal de renda: o caso do Programa Bolsa Família. *Temas y debates*. Argentina, v.14, n.20, p.41-155, out/2010. Disponível em: <<http://www.temasydebates.unr.edu.ar/index.php/tyd/article/view/52/50>>. Acesso em: Maio/2015.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das Políticas Públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Cadernos da AATR –BA (Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia)**, Bahia, p. 1-11, 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dasos/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em 26 de jan. 2015.